



Prestação de Contas de 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO

POCAL 13

TRIBUNAL DE CONTAS – 28

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

300
Belo

MUNICÍPIO DA CHAMUSCA



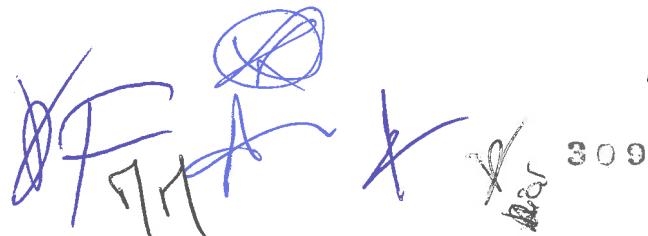
RELATÓRIO DE GESTÃO

2015


F. 308

Índice geral

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	Enquadramento	9
2.1.	Enquadramento Legal.....	9
2.2.	Enquadramento político-legal.....	10
2.3.	Enquadramento económico.....	12
3.	Síntese da atividade desenvolvida	14
4.	Análise à situação económica e financeira.....	16
4.1.	Análise dos proveitos e ganhos	16
4.2.	Análise dos custos e perdas	17
4.3.	Análise de resultados.....	18
4.4.	Estrutura do Imobilizado.....	20
5.	Análise da execução orçamental.....	21
5.1.	Orçamento da Receita	21
5.1.1.	Receitas Correntes.....	21
5.1.2.	Receitas de capital	23
5.1.3.	Evolução das receitas.....	25
5.2.	Orçamento da despesa.....	26
5.2.1.	Despesas correntes.....	26
5.2.2.	Despesas de capital.....	27
5.2.3.	Evolução das despesas.....	29
5.3	Análise Global.....	30
5.3.1	Estrutura orçamental.....	30
5.4.	Grandes opções do plano	33
5.4.1.	Grandes opções do plano.....	33
5.4.2.	Plano plurianual de investimento.....	36
5.4.3.	Atividades mais relevantes.....	39



309

6. Dívida	42
6.1. Evolução da dívida a terceiros.....	42
6.2. Evolução da dívida de terceiros.....	43
7. Compromissos e pagamentos em atraso	44
7.1. Fundos disponíveis	44
7.2. Pagamentos em atraso	44
8. Empréstimos	45
9. Indicadores e rácios.....	47
9.1. Indicadores e rácios financeiros	47
9.2. Indicadores e rácios orçamentais.....	57
10. Limites de endividamentos e pagamentos em atraso.....	68
11. Recursos humanos	68
12. Resultados líquidos do exercício	70

Índice de Tabelas

Tabela 1 – GOP's	14
Tabela 2 - Evolução de Proveitos e Ganhos.....	16
Tabela 3 - Evolução de Custos e Perdas	17
Tabela 4 - Análise de Resultados	18
Tabela 5 - Estrutura do Imobilizado	20
Tabela 6 - Receita corrente	21
Tabela 7 - Receita de capital.....	23
Tabela 8 - Execução orçamental da receita cobrada	25
Tabela 9 - Despesa corrente	26
Tabela 10 - Despesas de capital.....	27
Tabela 11 - Evolução orçamental da despesa	29
Tabela 12 - Estrutura orçamental	30



Tabela 13 - Evolução das receitas correntes e capital e das despesas pagas.....	30
Tabela 14 - Evolução da receita e da despesa	31
Tabela 15 - Análise das GOP	33
Tabela 16 - Evolução das GOP	34
Tabela 17 - Análise do PPI	36
Tabela 18 - Evolução do PPI.....	37
Tabela 19 - Análise das AMR	39
Tabela 20 - Evolução da AMR	40
Tabela 21 - Dívida a terceiros de CP e MLP	42
Tabela 22 - Dividas de terceiros de CP e MLP.....	43
Tabela 23 - Fundos disponíveis.....	44
Tabela 24 - Mapa de empréstimos	45
Tabela 25 - Rácio de liquidez geral	47
Tabela 26 - Liquidez imediata	49
Tabela 27 - Endividamento.....	50
Tabela 28 - Solvabilidade.....	51
Tabela 29 - Autonomia financeira.....	53
Tabela 30 - Capacidade de endividamento	54
Tabela 31 - Cobertura de imobilizações.....	56
Tabela 32 – Indicadores e rácios orçamentais.....	57
Tabela 33 – Peso da despesa fixa sobre a despesa total.....	59
Tabela 34 - Peso do Serviço da Dívida sobre a Despesa Total.....	60
Tabela 35 - Peso da Aquisição de Bens de Investimento sobre a Despesa Total	62
Tabela 36 - Peso da Despesa de Capital sobre a Despesa Total	63
Tabela 37 - Peso da Receita Total sobre a Despesa Total	65
Tabela 38 - Peso dos Impostos Diretos sobre a Receita Total.....	66
Tabela 39 – Contagem de trabalhadores por regime	68
Tabela 40 – Evolução de valor em horas extraordinárias	69



Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Síntese da atividade desenvolvida em 2015.....	15
Gráfico 2 - Evolução de Proveitos e Ganhos.....	16
Gráfico 3- Custos e Perdas.....	17
Gráfico 4 - Analise de Resultados	19
Gráfico 5 - Estrutura do Imobilizado	20
Gráfico 6 - Receita corrente	22
Gráfico 7- Estrutura de impostos diretos	22
Gráfico 8 - Estrutura das transferências correntes.....	23
Gráfico 9 - Receita de capital.....	24
Gráfico 10 - Despesa corrente	27
Gráfico 11 - Despesas de capital.....	28
Gráfico 12 - Evolução das receitas correntes e capital e das despesas pagas.....	31
Gráfico 13 - Evolução da receita e da despesa	32
Gráfico 14 – Taxa de realização	34
Gráfico 15 - Evolução das GOP	35
Gráfico 16 – Taxa de realização	37
Gráfico 17 - Evolução do PPI.....	38
Gráfico 18 - Taxa de realização	40
Gráfico 19 - Evolução da AMR	41
Gráfico 20 - Dívida a terceiros de CP e MLP	42
Gráfico 21 - Dívidas de terceiros de CP e MLP.....	43
Gráfico 22 - Evolução de empréstimos	45
Gráfico 23 - Juros de empréstimos	46
Gráfico 24 - Rácio de liquidez geral.....	47
Gráfico 25 – Evolução do ativo circulante e passivo CP	48



Gráfico 26 - Liquidez imediata	49
Gráfico 27 - Evolução das disponibilidades e passivo de CP	49
Gráfico 28 - Endividamento	50
Gráfico 29 - Passivo VS Ativo	51
Gráfico 30 - Solvabilidade	52
Gráfico 31 - Evolução dos capitais próprios e passivo	52
Gráfico 32 - Autonomia financeira	53
Gráfico 33 - Evolução dos capitais próprios e ativo	54
Gráfico 34 - Capacidade de endividamento	55
Gráfico 35 - Evolução dos capitais próprios e permanentes	55
Gráfico 36 - Cobertura de imobilizações	56
Gráfico 37 - Evolução de capitais permanentes e imobilizado	57
Gráfico 38 - Peso da despesa com pessoal	58
Gráfico 39 - Evolução da despesa com pessoal	58
Gráfico 40 – Peso da despesa fixa sobre a despesa total	59
Gráfico 41 – Evolução da despesa básica e total	60
Gráfico 42 - Peso do Serviço da Dívida sobre a Despesa Total	61
Gráfico 43 – Evolução do serviço da dívida e despesa total	61
Gráfico 44 - Peso da Aquisição de Bens de Investimento sobre a Despesa Total	62
Gráfico 45 – Evolução da aquisição de bens de investimento e despesa total	63
Gráfico 46 - Peso da Despesa de Capital sobre a Despesa Total	64
Gráfico 47 – Evolução da despesa de capital e total	64
Gráfico 48 - Peso da Receita Total sobre a Despesa Total	65
Gráfico 49 – Evolução da receita total e despesa total	66
Gráfico 50 - Peso dos Impostos Diretos sobre a Receita Total	67
Gráfico 51 – Evolução dos impostos diretos e receita total	67
Gráfico 52 – Evolução da despesa com pessoal	69
Gráfico 53 – Evolução do valor em horas extraordinárias	69



1. INTRODUÇÃO

Este documento de prestação de contas visa retratar o desempenho orçamental contabilístico relativamente ao ano de 2015. É um documento que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objetivo disponibilizar informação de carácter económico e financeiro da entidade.

Este relatório de gestão inclui o enquadramento legal e macroeconómico, de forma a possibilitar a percepção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do Executivo Municipal, em que é dada a conhecer a atividade desenvolvida, a situação económica do município, a execução orçamental e as atividades desenvolvidas no ano de 2015.

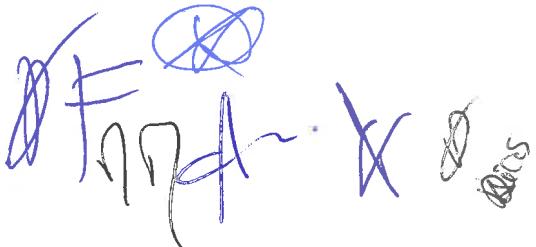
No ano de 2015 o município esforçou-se por um rigor financeiro e orçamental nas suas contas, aumentando a confiança dos seus fornecedores e colaboradores.

O município aumentou a sua despesa face ao ano anterior, quer em despesa corrente quer de capital, o que se reflete nas disponibilidades.

No ano em análise, o município conseguiu também aumentar a realização da despesa nas suas grandes opções do plano, o que revela uma execução planeada e ponderada apesar das condicionantes financeiras, orçamentais e legais a que está sujeito.

Apesar das condicionantes existentes no ano de 2015, o executivo continuou focado em diversas áreas, apostando nos serviços virados para os seus munícipes tais como:

Educação – na conservação e requalificação das escolas e jardins-de-infância do concelho, nomeadamente ao nível dos pátios da Carregueira, Chouto e Vale de Cavalos, na aquisição de material pedagógico e didático, na requalificação do edifício Custódio Mira para ampliação das salas de AAAF e construção do edifício de refeitório e biblioteca escolar da EB1 da Chamusca;



Ação social: projetos de coro de convívio e programa de promoção da leitura nas IPSS's, apoio à ocupação sénior, nomeadamente com as academias e universidade sénior, apoio administrativo, logístico, de pessoal e financeiro para a construção da ERPI do Centro de Apoio Social da Carregueira, projeto de reconversão da EB1 do Semideiro em Centro de Dia e apoio financeiro e logístico às restantes IPSS's do concelho. Requalificação, conservação e atribuição/arrendamento de Habitação Municipal no âmbito social;

Cultura e desporto: Apoio financeiro e logístico às associações do concelho. Projeto de levantamento e execução da Carta Arqueológica do Concelho. Programação e divulgação das artes e tradições do concelho, nomeadamente nas áreas da tauromaquia, do fado, da etnografia e das artes enquanto elementos de promoção do concelho;

Promoção de modos de vida saudável com o projeto Chamusca ComVida, apoio à aquisição de equipamentos às escolas de formação de atletas, apoio a atletas em competições nacionais e internacionais, realização de provas de competição em parceria com federações desportivas no concelho da Chamusca;

Juntas de Freguesia: Celebração de acordos de execução e contratos interadministrativos, numa perspetiva de proximidade e agilização de pequenas obras da competência do município;

Rede viária: Requalificação do acesso norte ao Eco Parque do Relvão, manutenção das vias municipais e estradões de terra batida de acesso ao campo e charneca;

Serviços administrativos: Simplificação de processos e requalificação dos espaços de atendimento para a comodidade e celeridade no atendimento ao munícipe.

Na execução orçamental de 2015, foram tidas em linha de conta a gestão financeira do município, com a prioridade do pagamento a fornecedores, cumprindo os compromissos de aquisição de bens e serviços, com o pressuposto dos projetos para anos seguintes, nomeadamente a reabilitação e ampliação do centro escolar da Chamusca, a reabilitação do Mercado Municipal, reabilitação do antigo Centro Regional de Artesanato, novo Centro de Artes, reabilitação de estradas municipais, nomeadamente a Estrada do Pereiro no



acesso à zona Industrial de Ulme, regeneração urbana, a persecução dos projetos municipais e intermunicipais dentro da contratualização da Comunidade Intermunicipal para eficiência energética e património cultural e natural. A gestão foi feita de forma a minimizar o recurso a empréstimos financeiros e a cumprir os contratos de PAEL e PREDE. Neste sentido, e face aos projetos considerados, propõe-se a transferência de saldo de gerência para o exercício seguinte no valor de € 2.388.080, 09.

2. Enquadramento

2.1. Enquadramento Legal

O presente Relatório encontra-se elaborado em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de setembro, com as respetivas alterações e a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro.

Este Relatório procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município de Chamusca, bem como à sua situação económica e financeira.

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2015, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos de tutela da Administração Central.

Estes documentos são instrumentos fundamentais de aferição da qualidade da gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia da afetação de recursos aos objetivos propostos e realizados.

2.2. Enquadramento político-legal

Legalmente as autarquias definem-se como pessoas coletivas de direito público que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos. Os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das decisões públicas locais.

Esta afirmação do poder local tem conhecido uma considerável notoriedade com a crescente transferência de atribuições e competências para os municípios.

Atualmente os municípios possuem atribuições nas seguintes domínios (art.º 23.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa.



A definição taxativa destas atribuições tem subjacente a concretização do princípio da subsidiariedade (art.º 4.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro), ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades.

Nesse sentido, tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios, nomeadamente a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, constituindo a primeira, o órgão deliberativo do município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar e votar o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro).

A Câmara Municipal é o órgão executivo colegial do município, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos assuntos do município. Entre outras funções, compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro). A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da Câmara e pelos Vereadores cujo número varia consoante o número de eleitores da respetiva área.

Desta forma, os resultados da gestão dos recursos públicos locais resultam das ações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, uma vez que à primeira compete definir as principais linhas de orientação das políticas públicas locais e à segunda fazer executar tais políticas. Naturalmente, a forma como são geridos estes recursos públicos tem importantes implicações no desempenho financeiro dos respetivos municípios.

Para que o Município regularizasse as dívidas a fornecedores em 2013 foi-lhe concedido por parte do Governo através da DGTF, o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Este



programa veio implicar a adoção de procedimentos mais estritos e de emergência visando o controlo dos compromissos assumidos pelas entidades públicas. Atualmente, o enfoque do controlo da despesa é colocado nos pagamentos.

O princípio fundamental é que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso. Neste sentido, foi aprovada a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, vem estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

2.3. Enquadramento económico

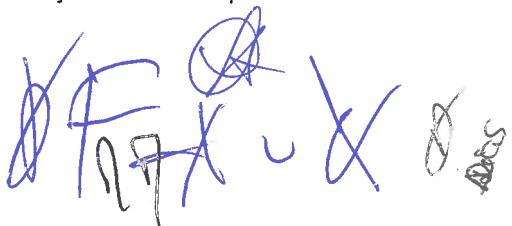
A economia Portuguesa e dos países da zona euro apresentaram, comparativamente ao ano de 2014, um crescimento face ao período homólogo.

Este crescimento continua a considerar-se moderado relativamente às grandes economias como a dos EUA que registam crescimentos superiores à zona euro.

Na atividade económica e consumo privado em Portugal tem-se assistido a uma melhoria desde o ano de 2013. O indicador de sentimento de confiança económica em Portugal melhorou em 2015 o que pode explicar em grande parte o aumento do consumo.

O crescimento do IHPC (índice harmonizado de preços ao consumidor) no ano de 2015 foi de 0,5. Este valor não foi superior devido à queda dos preços do Brent que servem de preços de referência para Portugal.

Apesar de, em Portugal, a economia ter a sua evolução condicionada ao processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o que tem implicado restrições na tomada



de decisões em especial incidência sobre o emprego, nos últimos dois anos temos assistido a uma correção da taxa de desemprego. Em 2015, até ao mês de Novembro, a taxa de variação homóloga do desemprego tinha vindo a diminuir, atingindo os 12,4%. A taxa de variação homóloga da criação de emprego tem vindo a mostrar-se positiva no ano de 2014 e 2015. Em sentido contrário, a população ativa tem vindo a diminuir nestes mesmos dois anos, o que pode estar relacionado com a taxa de atividade que se tem mantido pouco alterada.

Ao nível do setor público, para correção dos desequilíbrios financeiros, existe a necessidade de manter o processo de consolidação orçamental e, ao contrariando a tendência da administração central, a administração regional e local tem vindo a diminuir a sua dívida e respetivos rácios de endividamento. No caso do setor privado não financeiro também temos vindo a assistir a uma redução significativa nos últimos anos.

Na dívida pública tem-se assistido a um aumento galopante, mas no entanto parece que este aumento tem tendência a estabilizar e possivelmente a diminuir devido às restrições orçamentais e compromissos assumidos pelo País. Com a estabilização da dívida, as taxas de rentabilidade das OT a 10 anos diminuíram significativamente nos últimos três anos tendo neste ano de 2015 mantido uma situação estável. As taxas de juro diretoras do BCE também têm reduzido significativamente. Esta redução pode também explicar de certa forma o investimento e aumento do consumo das famílias.

Apesar de uma melhoria na economia, a situação económica em Portugal nos próximos tempos deverá continuar a estar dependente das restrições orçamentais de financiamento a que está sujeito. ⁽¹⁾

(1)Boletim estatístico do Banco de Portugal



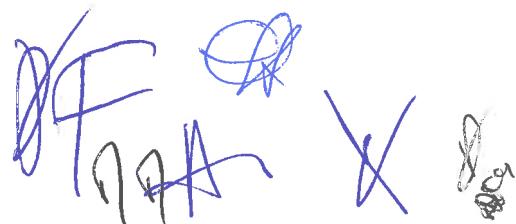
3. Síntese da atividade desenvolvida

As Grandes Opções do Plano (GOP) constituem um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, fundamentam a orientação estratégica da política desenvolvida enquanto parte integrante deste documento. As GOP's apresentam as linhas estratégicas do desenvolvimento da autarquia, onde incluem o plano plurianual de investimento (PPI) e as atividades mais relevantes (AMR's)

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia local que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos. As AMR's são encaradas como um documento auxiliar à gestão autárquica, e são de certa forma enquadradas á semelhança do PPI, onde a autarquia inscreve as ações ou projetos que se relevem de interesse e possam ser destacados, apesar de implicarem despesas diferentes das de investimento.

Atividade desenvolvida 2015-Grandes Opções do Plano		
	Financiamento Definido	Executado
GOP	6.085.462,40	4.476.058,71
PPI	1.545.413,44	1.022.564,14
AMRs	4.540.048,96	3.453.494,57

Tabela 1 – GOP's



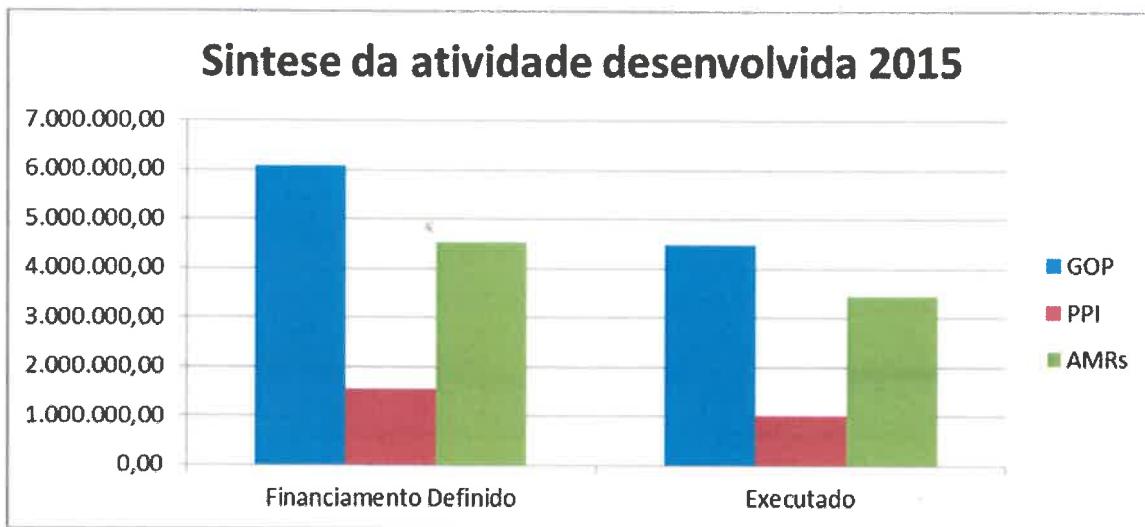


Gráfico 1 – Síntese da atividade desenvolvida em 2015

Na ótica da despesa das GOP's pode-se constatar que foram executados € 4.476.058,71 o que corresponde a 74% do montante definido para financiamento.

No caso do plano plurianual de investimento esse ráio foi inferior e situou-se na casa dos 66% do valor inicialmente dotado.

Analizando as AMR's, estas tiveram um grau de execução superior 76,07%.

Como se pode visualizar no quadro 1 e no gráfico 1, a composição das GOP's são constituídas, na sua grande maioria, pelas AMR's que tem um peso superior a 70% quer no montante definido, quer no executado.

4. Análise à situação económica e financeira

4.1. Análise dos proveitos e ganhos

PROVEITOS E GANHOS (EVOLUÇÃO) (2012-2015)								
Designação	2012	Peso %	2013	Peso %	2014	Peso %	2015	Peso %
7112+7113+7114 – Vendas de Produtos/Outros Bens	1 779,35	0,02%	1 683,12	0,02%	743,24	0,01%	932,06	0,01%
712 – Prestação de Serviços	112 733,95	1,12%	104 736,15	0,98%	112 774,97	0,99%	107 160,36	1,05%
713 – Rendas e Alugueres	527 710,03	5,23%	538 034,48	5,05%	538 822,65	4,73%	530 826,70	5,21%
716 – Anulações	0	0,00%	0	0,00%	-0,19	0,00%	0,00	0,00%
72 – Impostos e Taxas	1 437 233,68	14,25%	1 104 556,87	10,38%	1 331 352,57	11,69%	1 294 986,97	12,72%
74 – Transferências e Subsídios Obtidos	7 169 020,19	71,07%	8 126 737,17	76,34%	6 923 382,88	60,77%	7 305 715,70	71,76%
75 – Trabalho para a própria entidade	0	0,00%	20 490,43	0,19%	7 962,95	0,07%	30 668,37	0,30%
76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	377 329,59	3,74%	316 867,26	2,98%	299 500,12	2,63%	419 000,00	4,12%
78 – Proveitos e Ganhos Financeiros	19 351,39	0,19%	19 578,19	0,18%	25 000,33	0,22%	83 474,72	0,82%
79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários	442 269,90	4,38%	412 381,87	3,87%	2 152 426,92	18,89%	408 429,04	4,01%
Totais	10 087 428,08	100,00%	10 645 065,54	100,00%	11 391 966,44	100,00%	10 181 193,92	100,00%

Tabela 2 - Evolução de Proveitos e Ganhos

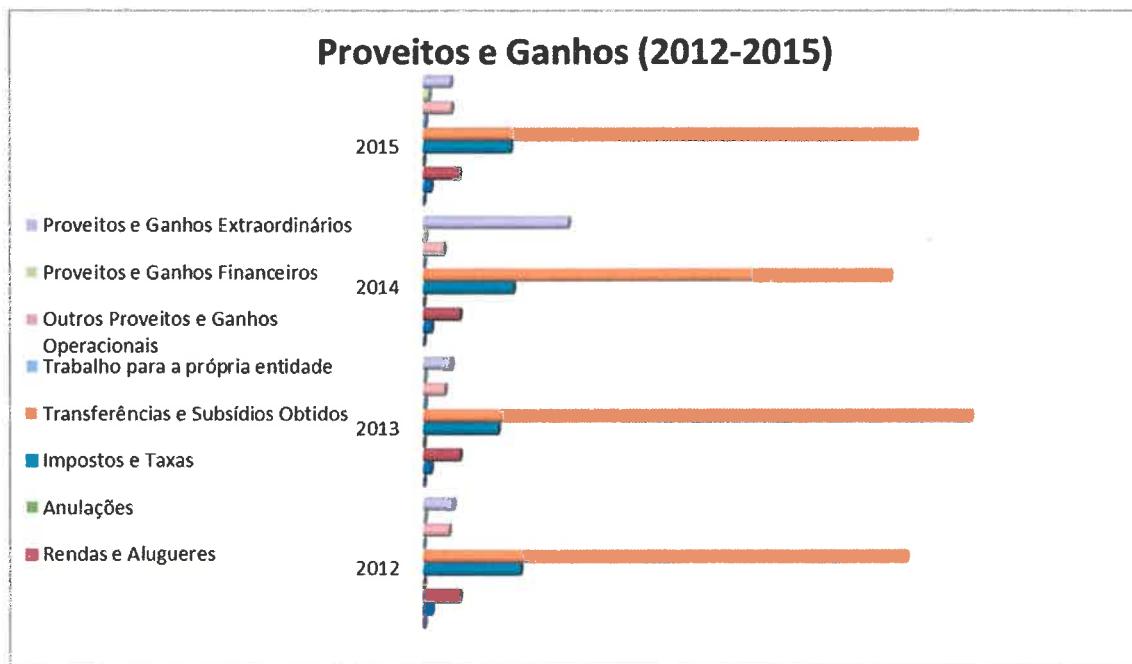


Gráfico 2 - Evolução de Proveitos e Ganhos



Analizando os três períodos anteriores, pode-se também afirmar que, nos anos transatos, essa dependência tem vindo a manter-se. As receitas do município são, à semelhança dos anos transatos, dependentes das transferências do orçamento de estado.

4.2. Análise dos custos e perdas

Designação	EVOLUÇÃO CUSTOS E PERDAS-EVOLUÇÃO (2012-2015)						2015	Peso %
	2012	Peso %	2013	Peso %	2014	Peso %		
61 – Custo das Mercadorias Vendidas a das Matérias Primas Consumidas	147 559,82	1,53%	96 084,23	1,07%	85 053,58	0,80%	95 186,17	0,93%
62 – Fornecimentos e Serviços Externos	2 357 208,99	24,48%	2 366 091,37	26,29%	1 997 725,95	18,89%	2 255 099,83	22,12%
641+642 – Remunerações do Pessoal	2 412 268,67	25,05%	2 591 875,24	28,80%	2 427 860,35	22,96%	2 340 319,28	22,96%
643 a 648 – Encargos Sociais com o Pessoal	511 790,30	5,31%	643 217,17	7,15%	688 778,07	6,51%	634 365,86	6,22%
63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	616 402,48	6,40%	441 526,44	4,91%	622 447,72	5,89%	1 129 380,19	11,08%
65 – Outros Custos e Perdas Operacionais	83 140,18	0,86%	87 598,04	0,97%	106 289,12	1,01%	69 399,76	0,68%
66 – Amortizações do Exercício	2 221 295,55	23,06%	2 236 295,52	24,85%	2 239 236,65	21,18%	2 414 596,17	23,69%
67 – Provisões do Exercício	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00	0,00%
68 – Custos e Perdas Financeiros	391 899,22	4,07%	210 751,41	2,34%	85 756,58	0,81%	69 327,35	0,68%
69 – Custos e Perdas Extraordinários	889 471,56	9,24%	324 867,01	3,61%	2 321 201,97	21,95%	1 186 711,99	11,64%
Totais	9 631 036,77	100,00%	8 998 306,43	100,00%	10 574 349,99	100,00%	10 194 386,60	100,00%

Tabela 3 - Evolução de Custos e Perdas

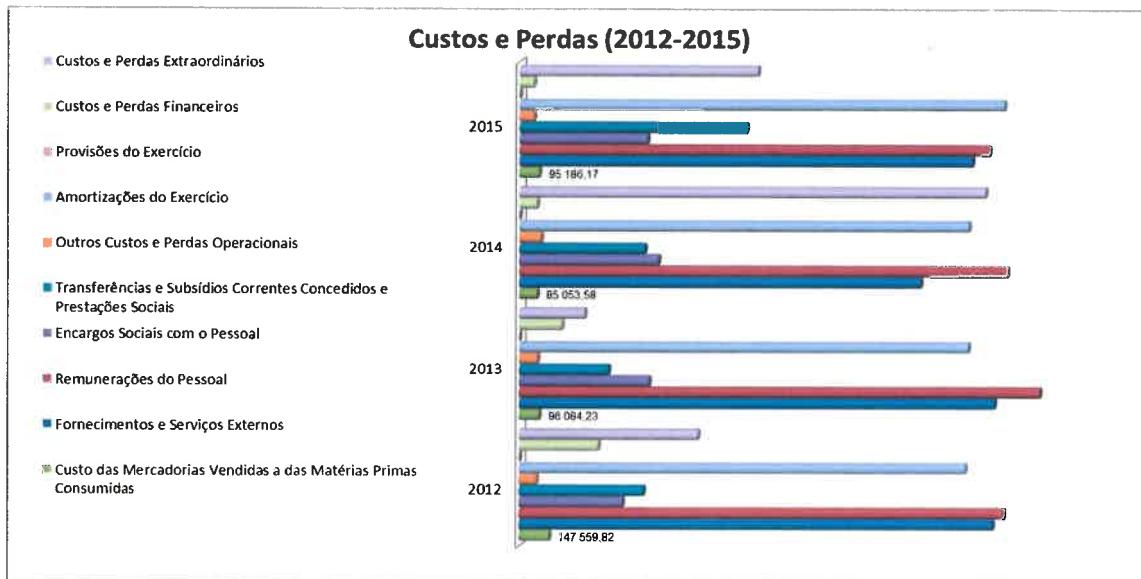


Gráfico 3- Custos e Perdas



Patrimonialmente, os custos e perdas do Município no ano de 2015 estão repartidos em 4 grandes blocos:

- os custos com pessoal 29.18% (incluindo encargos);
- os custos com as amortizações representam 23.69%;
- os fornecimentos e serviços externos 22.12%;
- as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais 11.08%;

Comparativamente aos anos anteriores pode-se verificar que as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais tiveram um aumento significativo devido às transferências efetuadas para as juntas de freguesia e subsídios concedidos.

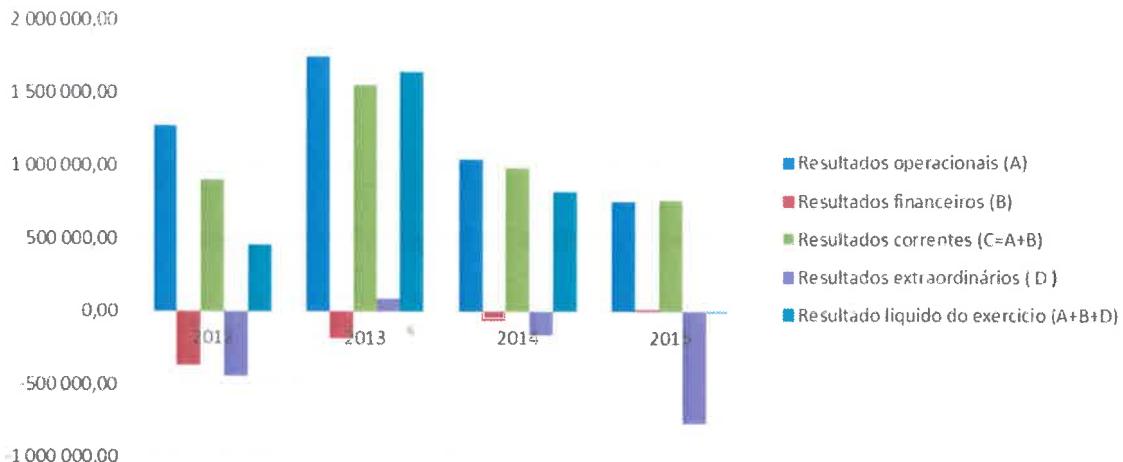
Os custos e perdas extraordinários sofreram uma redução significativa face ao ano anterior, devendo-se esta redução, na sua maioria, às alienações no ano de 2015.

4.3. Análise de resultados

Análise de resultados				
Ano	2012	2013	2014	2015
Resultados operacionais (A)	1 276 140,80	1 750 417,47	1 047 147,75	750 942,90
Resultados financeiros (B)	-372 547,83	-191 173,22	-60 756,25	14 147,37
Resultados correntes (C=A+B)	903 592,97	1 559 244,25	986 391,50	765 090,27
Resultados extraordinários (D)	-447 201,66	87 514,86	-168 775,05	-778 282,95
Resultado líquido do exercício (A+B+D)	456 391,31	1 646 759,11	817 616,45	-13 192,68

Tabela 4 - Análise de Resultados




Gráfico 4 - Analise de Resultados

O resultado operacional gerado pelo município (diferença entre os proveitos operacionais e custos operacionais) teve um resultado de € 750.942,90, sendo este valor inferior ao ano transato.

As decisões financeiras (resultados financeiros) do município tiveram pela primeira vez um resultado positivo. Em 2012 a diferença entre os custos e proveitos financeiros eram de €372.547,83 negativos.

No ano de 2015 os resultados correntes (resultados operacionais + resultados financeiros) permaneceram positivos, no entanto inferiores aos dos anos analisados.

Os resultados extraordinários dizem respeito às diferenças entre os custos e perdas, e proveitos e ganhos, de natureza extraordinária. Têm em conta valores extraordinários, ou seja, ocasionais, eventuais, pontuais tratados separadamente. Os resultados extraordinários no ano de 2015 foram negativos impossibilitando assim um resultado líquido do exercício positivo.

Por fim ao analisar o resultado líquido do exercício (RLE) do ano de 2015 podemos constatar que o RLE teve um resultado negativo devido aos resultados extraordinários apurados no ano de 2015.



4.4. Estrutura do Imobilizado

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO									
	Anos	2012		2013		2014		2015	
<i>Contas e designação</i>		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
<i>Bens de domínio público</i>									
451-Terrenos e recursos naturais	27 685 697,18	71,68%	26 799 597,28	69,43%	23 157 433,34	65,89%	22 003 780,17	59,93%	
453-Outras construções e infra-estruturas	69 533,00	0,18%	100 924,70	0,26%	100 924,70	0,29%	100 924,70	0,27%	
455-Bens do Pat. Histórico, artístico e cultural	21 582 382,46	55,88%	20 538 739,53	53,21%	19 381 226,17	55,15%	21 197 041,06	57,73%	
459-Outros bens de domínio público	269 855,89	0,70%	269 855,89	0,70%	269 855,89	0,77%	269 855,89	0,73%	
445-Imobilizações em curso	91 679,87	0,24%	77 117,23	0,20%	64 465,50	0,18%	58 512,07	0,16%	
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	5 672 245,96	14,69%	5 812 959,93	15,06%	3 340 961,08	9,51%	377 446,45	1,03%	
432-Despesas de investigação e desenvolvimento	34 879,09	0,09%	31 544,86	0,08%	41 061,05	0,12%	41 470,24	0,11%	
433-Propriedade industrial e outros direitos	10 688,74	0,03%	7 125,82	0,02%	15 796,90	0,04%	12 234,00	0,03%	
443-Imobilizações em curso	343,20	0,00%	571,89	0,00%	670,15	0,00%	644,74	0,00%	
<i>Imobilizações corpóreas</i>	23 847,15	0,06%	23 847,15	0,06%	24 594,00	0,07%	28 591,50	0,08%	
421-Terrenos e recursos naturais	10 141 238,01	26,26%	10 973 845,33	28,43%	11 174 524,17	31,79%	12 999 275,31	35,40%	
422-Edifícios e outras construções	1 973 144,53	5,11%	2 323 647,70	6,02%	2 335 527,70	6,65%	2 812 814,03	7,66%	
423-Equipamento básico	3 292 692,85	8,52%	4 470 152,32	11,58%	4 806 598,40	13,68%	6 852 360,26	18,66%	
424-Equipamento de transporte	173 098,68	0,45%	117 306,15	0,30%	153 724,45	0,44%	152 302,66	0,41%	
425-Ferramentas e utensílios	49 165,90	0,13%	52 352,03	0,14%	37 495,47	0,11%	102 339,04	0,28%	
426-Equipamento administrativo	3 792,22	0,01%	2 712,89	0,01%	2 789,92	0,01%	4 755,34	0,01%	
427-Taras e vasilhame	100 278,64	0,26%	60 257,88	0,16%	53 819,63	0,15%	108 809,35	0,30%	
429-Outras imobilizações corpóreas	1 454,99	0,00%	1 198,54	0,00%	998,97	0,00%	799,40	0,00%	
442-Imobilizações em curso	51 882,43	0,13%	58 111,66	0,15%	59 189,61	0,17%	65 947,38	0,18%	
<i>Investimentos financeiros</i>	4 495 727,77	11,64%	3 888 106,16	10,07%	3 724 380,02	10,60%	2 899 147,85	7,90%	
411-Partes de capital	764 076,14	1,98%	796 076,14	2,05%	772 906,14	2,20%	1 674 315,75	4,56%	
412-Obrigações e títulos de participação	748 266,14	1,94%	780 266,14	2,02%	772 906,14	2,20%	1 098 083,67	2,99%	
441-Imobilizações em curso	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	576 232,08	1,57%	
Total	38 625 890,42	100,00%	38 601 063,61	100,00%	35 145 924,70	100,00%	36 718 841,47	100,00%	

Tabela 5 - Estrutura do Imobilizado

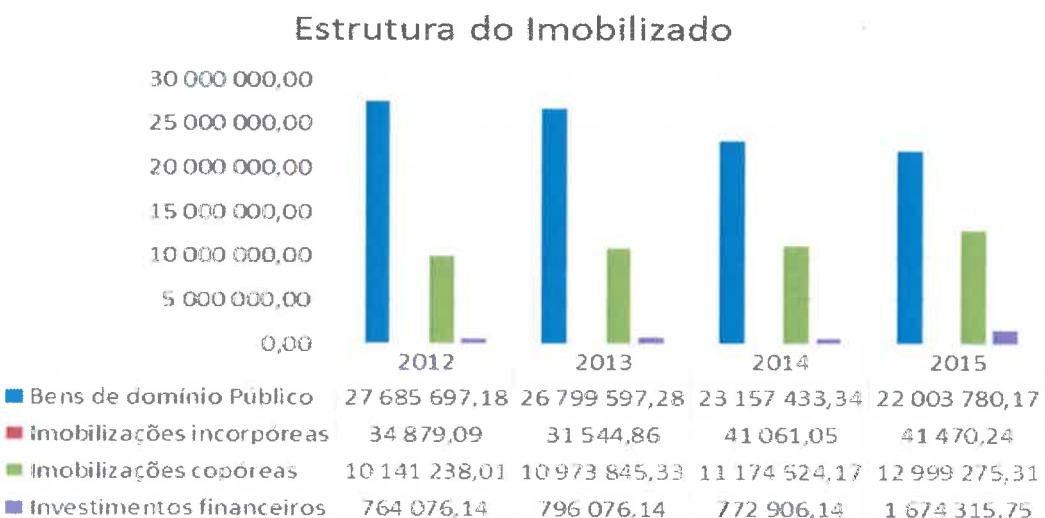


Gráfico 5 - Estrutura do Imobilizado



Na estrutura do imobilizado verificou-se um aumento de cerca de 4% do total do imobilizado do município face ao ano de 2014.

Tal como em anos anteriores, os bens de domínio público continuam a evidenciar um peso significativo na estrutura do imobilizado (59,93%), seguido pelos bens corpóreos com 35,40%.

O imobilizado da autarquia cresceu mais de um milhão e meio de euros, no ano de 2015, uma tendência invertida face em comparações de anos anteriores quando comparados com os seus períodos homólogos.

Além do crescimento do imobilizado no ano de 2015, é de destacar a redução do imobilizado em curso na estrutura do imobilizado. Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de reduzir significativamente o imobilizado em curso, sendo este um dos pontos sistemáticos nos relatórios da certificação legal de contas. Este esforço efetuado sobre o imobilizado espelha no aumento significativo das contas 453 - outras construções e infraestruturas e a conta 422 - edifícios e outras construções.

5. Análise da execução orçamental

5.1. Orçamento da Receita

5.1.1. Receitas Correntes

Receitas Correntes 2015					
	Composição	Previsões corrigidas	Valor executado	Taxa de execução	% Execução
01	Impostos Diretos	1 380 500,00	1 232 899,55	89,31%	14,09%
02	Impostos Indiretos	4 800,00	9 437,50	196,61%	0,11%
04	Taxas, multas e outras penalidades	41 800,00	70 187,57	167,91%	0,80%
05	Rendimentos de propriedade	33 900,00	26 255,92	77,45%	0,30%
06	Transferencias correntes	6 426 429,00	6 337 469,95	98,62%	72,41%
07	Venda de bens e serviços correntes	657 200,00	650 317,91	98,95%	7,43%
08	Outras receitas correntes	355 500,00	425 442,76	119,67%	4,86%
Total das Receitas Correntes		8 900 129,00	8 752 011,16	98,34%	

Tabela 6 - Receita corrente

